



FI 086

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.10.04

ATA NÚMERO 55/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido a Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a quinquagésima quinta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

Esta reunião estava agendada para ontem, não tendo sido realizada por motivo de falta de quórum. Foi adiada para hoje, mediante convocatória escrita remetida a todos os senhores Vereadores.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número cinquenta e três da reunião desta Câmara Municipal de dezanove de setembro findo, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

Foi ainda tomado conhecimento da minuta da ata da reunião número cinquenta e quatro de três de outubro corrente.

Nesta altura, o **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** retirou-se da reunião.

Foi deliberado por unanimidade justificar as faltas dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Guerra à reunião de três de outubro corrente, por motivos profissionais e de saúde, respetivamente.

Nesta altura, o **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** regressou à reunião.

Foi deliberado por unanimidade justificar a falta da Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra à presente reunião, ausente por motivos de saúde.

De seguida, passou-se ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não foram apresentados assuntos no período de antes da ordem do dia.

De seguida, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Aquisição de energia elétrica para as instalações dos Municípios da CIMDouro e afins para 2020-2021 - abertura de concurso público internacional - proposta

PONTO 2 - Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho de motorista de transporte coletivo de passageiros, da carreira e categoria de assistente operacional, destinado a candidatos com e sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído - proposta

PONTO 3 - Alteração do posicionamento remuneratório de trabalhadores municipais, por opção gestionária (exceção), referente à avaliação de desempenho no biénio 2017/2018 - proposta

PONTO 4 - Pedido de reembolso das despesas, com encargos de peritagem, suportadas pelo Município de Lamego - estrada de Vila Pouca - informação

PONTO 5 - Autoridade Tributária e Aduaneira - protocolo para cobrança coerciva de impostos e outros tributos

PONTO 6 - Eólica da Linha, S.A. - minuta de acordo de adiantamento

PONTO 7 - Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - minuta de protocolo de cooperação da ASU

PONTO 8 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 9 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 10 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 1 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA CIMDOURO E AFINS PARA 2020-2021 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA CIMDOURO E AFINS PARA 2020-2021

ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

PROPOSTA

Considerando que:

1. A atual contratação de energia elétrica em mercado livre resultante do último concurso efetuado pela CIMDOURO para o período de 1 de maio a 31 de dezembro de 2018, renovável até 31 de dezembro de 2019, termina no final do corrente ano de 2019, sendo assim necessário proceder-se ao lançamento de um novo procedimento de contratação;

2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, na 105ª reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, realizada em 05 de junho de 2019, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento igualmente comum para o biénio

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2019.10.04

2020/2021 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, renovável até 31 de dezembro de 2021;

3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar o procedimento de aquisição de energia elétrica;

4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso, com vista à celebração de contratos de aquisição de energia elétrica, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, relevando do protocolo a designação da CIMDOURO - Comunidade Intermunicipal do Douro como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo);

5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO na referida reunião de 05 de junho de 2019 e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar;

6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos)

bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea c), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea a), todos do Código dos Contratos Públicos;

7. No que ao Município de Tarouca diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a **Câmara Municipal**, uma vez que, de acordo com o quadro anexo, remetido pela Comunidade Intermunicipal do Douro, representante do agrupamento referido no ponto 4, se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Tarouca que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pela componente da energia em mercado liberalizado possa ser na ordem de **385 209,31 €** a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das

"Componentes de Acesso às Redes", fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), as "taxas de radiodifusão (contribuição audiovisual)", e o "imposto especial sobre o consumo de eletricidade", acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor.

8.O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em **977 078,31 €**, de acordo com o quadro anexo, remetido pela Comunidade Intermunicipal do Douro (representante do agrupamento referido no ponto 4), cujos encargos terão reflexos em 2020 (488 539,16 €) e 2021 (488 539,15 €), acautelando-se o montante do contrato para cada ano em sede de elaboração dos respetivos documentos previsionais.

9.De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi já obtido por parte da Assembleia Municipal, conforme deliberação datada de 25/06/2019, a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2020 e 2021, Tenho a honra de propor que a **Câmara Municipal** delibere aprovar:

a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de Vila Real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica (em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal), para as diversas instalações das entidades subscritoras;

b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea c), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea a), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

c. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo anteriormente referido.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.10.04

Paços do Município, 25.09.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada da minuta do protocolo a celebrar.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

a. Aprovar a minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de Vila Real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica (em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal), para as diversas instalações das entidades subscritoras;

b. Autorizar o início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea c), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea a), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

c. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo anteriormente referido.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO DE MOTORISTA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, DESTINADO A CANDIDATOS COM E SEM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO DE MOTORISTA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, DESTINADO A CANDIDATOS COM E SEM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDO

PROPOSTA

No mapa de pessoal desta Município, para 2019, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 10.12.2018, está previsto e não ocupado, no Gabinete da Educação, Desporto e Tempos Livres, um posto de trabalho de motorista de transporte coletivos de passageiros, da carreira e categoria de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

O referido posto de trabalho é necessário à execução de atividades permanentes do respetivo serviço, nomeadamente, para assegurar a condução das viaturas afetas ao transporte coletivo de crianças.

Considerando:

- a) Que estão reunidos os requisitos legalmente fixados, para a abertura do procedimento concursal, tendo em vista o preenchimento deste posto de trabalho;
- b) a urgência no preenchimento deste posto de trabalho, pois inexistem outros assistentes operacionais qualificados e disponíveis para assegurar a execução das referidas funções, que são indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços municipais,

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista no n° 1 do artigo 9° e para efeitos da alínea a) do n°2 do artigo 5° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 3.09 e ainda nos termos dos n°s 1, 2 e 5 do artigo 30° da Lei Geral do Trabalho em Funções Pública (LTFP), aprovada pela Lei n° 35/2014, de 20.06, promover o recrutamento de 1 trabalhador para ocupação de 1 posto de trabalho de motorista de transporte coletivo de passageiros, do Gabinete de Educação, Desporto e Tempos Livres, da carreira e categoria de Assistente Operacional, previsto e não ocupado no mapa de pessoal deste Município para 2019, através da abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a que, devido às mencionadas circunstâncias excecionais, podem concorrer candidatos com e sem vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído.

Paços do Município, 30 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada de uma informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, sobre a verificação dos requisitos legais necessários à abertura do procedimento.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, no uso da competência prevista no n° 1 do artigo 9° e para efeitos da alínea a) do n°2 do artigo 5° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 3.09 e ainda nos termos dos n°s 1, 2 e 5 do artigo 30° da Lei Geral do Trabalho em Funções Pública (LTFP), aprovada pela Lei n° 35/2014, de



Fl. 089
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.10.04

20.06, promover o recrutamento de 1 trabalhador para ocupação de 1 posto de trabalho de motorista de transporte coletivo de passageiros, do Gabinete de Educação, Desporto e Tempos Livres, da carreira e categoria de Assistente Operacional, previsto e não ocupado no mapa de pessoal deste Município para 2019, através da abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a que, devido às mencionadas circunstâncias excecionais, podem concorrer candidatos com e sem vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO DE TRABALHADORES MUNICIPAIS, POR OPÇÃO GESTIONÁRIA (EXCEÇÃO), REFERENTE À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO BIÊNIO 2017/2018 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO DE TRABALHADORES MUNICIPAIS, POR OPÇÃO GESTIONÁRIA (EXCEÇÃO), REFERENTE À AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NO BIÊNIO 2017/2018

PROPOSTA

A Câmara Municipal em sua reunião de 10.01.2019, deliberou, fundamentadamente, sobre o montante máximo dos encargos a suportar no corrente ano, com alterações de posicionamento remuneratório na categoria, dos trabalhadores do município, nos termos dos artigos 31º e 158º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº35/2014, de 20.06, conjugado com o artigo 5º do Decreto-Lei nº209/2009, de 03.09.

Foi fixado o montante de € 11 000,00 destinado a alterações facultativas de posicionamento remuneratório, nas carreiras técnica superior (€ 8 500) e de assistente técnico, categoria de coordenador técnico (€ 2 500).

De acordo com o nº2 do artigo 156º da LTFP são elegíveis para beneficiar de alteração de posicionamento remuneratório os trabalhadores do órgão ou serviço, onde quer que se encontrem em exercício de funções, que, na falta de lei especial em contrário, tenham obtido nas últimas avaliações do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontrem:

- a) uma menção máxima;
- b) duas menções consecutivas imediatamente inferiores às máximas; ou
- c) três menções consecutivas imediatamente inferiores às referidas na alínea anterior, desde que consubstanciem desempenho positivo.

Neste contexto:

* considerando os trabalhadores do Município que, no biênio 2017/2018, obtiveram na avaliação do seu desempenho, efetuada ao abrigo da Lei n° 66-B/2007, de 28.12, adaptada à administração local pelo Decreto-Regulamentar n° 18/2009, de 04.09, menção máxima (*Desempenho excelente*), ordenados por ordem decrescente da classificação quantitativa obtida, nos termos que constam da lista em anexo, de acordo com o n°2 do artigo 156° da LTFP (anexo 1);

* no respeito pelo montante máximo dos encargos a suportar com alterações facultativas do posicionamento remuneratório, fixados pela Câmara Municipal em 10.01.2019, bem como pelas as carreiras e categorias abrangidas;

* considerando que estão reunidos todos os requisitos fixados nos artigos 7° e 8° do Decreto-Lei n°209/2009, de 03.09 e nos artigos 156° e 157° da LGTFP e no respeito pelos limites fixados no citado artigo 5° e no artigo 158° da LTFP;

* considerando a complexidade das matérias tratadas, excecional volume de serviço e relevante impacto e contributo do desempenho dos trabalhadores ora propostos, na realização dos objetivos definidos pelo Executivo, bem como na imagem positiva, de qualidade e responsável do Município de Tarouca;

* a importância da valorização dos trabalhadores, em especial daqueles que pelo seu desempenho se distinguem, de modo exemplar e publicamente reconhecido;

* considerando que o Conselho Coordenador de Avaliação, em sua reunião extraordinária de 20.09.2019, emitiu parecer favorável à presente proposta,

PROPONHO a V.Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência fixada na alínea f) do n°1 do artigo 21° do Decreto-Regulamentar n° 18/2009, de 04.09, conjugado com o disposto nos n°s 1 e 2 do artigo 8° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 03.09 delibere, com fundamento no respetivo relevante desempenho:

1° aprovar alteração do posicionamento remuneratório para a posição remuneratória imediatamente seguinte aquela em que se encontram, na respetiva carreira e categoria, nos termos do n°1 do artigo 8° do Decreto-Lei n°209/2009, de 03.09 e n° 1 do artigo 157° da LTFP, dos seguintes trabalhadores:

a) **Albertina Maria Sousa Dias do Nascimento, Técnica Superior**

Situação atual: posição 3, nível 19, remuneração de € 1 407,45;

Posicionamento remuneratório proposto: posição 4, nível 23, remuneração de € 1 613,42; e

b) **Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior**

Situação atual: posição 3, nível 19, remuneração de €1 407,45;

Posicionamento remuneratório proposto: posição 4, nível 23, remuneração de € 1 613,42.

2° aprovar a alteração do posicionamento remuneratório para a 2ª posição remuneratória imediatamente seguinte aquela em

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.10.04

que se encontram, da respetiva carreira e categoria, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03.09 e n.º 1 do artigo 157.º da LTFP, dos seguintes trabalhadores:

a) Victor Alexandre Cardoso Ferreira, Técnico Superior

Situação atual: posição 2, nível 15, remuneração de € 1 201,48;

Posicionamento remuneratório proposto: posição 4, nível 23, remuneração de € 1 613,42; e

Maria Isalina Carneiro Pereira, Coordenadora Técnica da carreira de Assistente Técnica.

Situação atual: posição 4, nível 22, remuneração de € 1 561,92;

Posicionamento remuneratório proposto: posição 6, nível 24, remuneração de € 1 664,91.

Os fundamentos da presente proposta de alteração do posicionamento remuneratório, são os seguintes:

Os trabalhadores a seguir indicados, no biénio 2017/2018 demonstraram competências a nível elevado, destacando-se pelo seu desempenho exemplar e de reconhecido mérito, com relevante impacto na concretização de objetivos principais do respetivo serviço.

Cada um deles na respetiva área contribuiu de modo determinante para qualidade do serviço público prestado e para uma imagem positiva e responsável do Município de Tarouca.

Assim:

TRABALHADOR: VICTOR MANUEL CARDOSO FERREIRA, TÉCNICO SUPERIOR

UNIDADE ORGÂNICA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA/SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

O Técnico Superior, Victor Manuel Cardoso Ferreira, coordenou o funcionamento do Serviço de Recursos Humanos, assegurando a realização dos objetivos fixados, sem prejudicar as tarefas do dia-a-dia (processamento de vencimentos, gestão de carreiras, entre outras).

Destacou-se pela sua elevada responsabilidade e compromisso com o serviço; empenho no cumprimento os prazos fixados para a realização das tarefas atribuídas ao serviço, orientando e dinamizando a equipa que coordena, contribuindo de forma decisiva para que os objetivos fixados fossem alcançados, num biénio particularmente trabalhoso na área dos Recursos Humanos.

Associada a esta competência esteve a sua elevada capacidade de análise de informação e sentido crítico, fundamental na implementação do Programa Extraordinário de Regularização de Vínculos Precários, tendo para o efeito frequentado ação de formação.

Contributo fundamental no tratamento das valorizações remuneratórias, apresentando dados, de forma sistemática,

respondendo aos pedidos de informação solicitados por dirigentes e Executivo, com diligência e rigor e assegurando o respetivo processamento.

O seu contributo foi muito relevante e teve elevado impacto na prossecução dos seguintes objetivos principais do Serviço de Recursos Humanos e do Município:

Implementação do Programa Extraordinário de Regularização dos Vínculos Precários, nomeadamente abertura e conclusão dos procedimentos concursais, nos prazos fixados pelo Sr. Presidente da Câmara. Resultado final: regularização de 53 vínculos precários até 31.12.2018.

Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório dos trabalhadores municipais, em fevereiro de 2018, ou seja, no 2º mês seguinte à entrada da Lei do Orçamento do Estado, assegurando assim que todos aqueles que reunissem os requisitos recebessem o acréscimo remuneratório a que tinham direito, no mais curto prazo, após vários anos de congelamento das carreiras. Resultado final: 182 trabalhadores mudaram de posicionamento remuneratório.

Implementação do novo sistema de controlo de assiduidade dos trabalhadores municipais, que se encontra funcionar no Edifício dos Paços do Município e no Estaleiro Municipal.

TRABALHADOR: ALBERTINA MARIA SOUSA DIAS NASCIMENTO, TÉCNICA SUPERIOR

UNIDADE ORGÂNICA: VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA/GABINETE DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO

A Técnica Superior Albertina Nascimento destacou-se pela sua elevada capacidade de coordenação, de planeamento e organização, com vários interlocutores, muitos deles externos; independência e proatividade, bem como iniciativa na resolução dos problemas, em tempo útil, ciente da importância dos projetos para o Município, competências demonstradas de forma notável e exemplar.

A maioria das atividades decorreu em horário pós-laboral e aos fins-de-semana. No entanto, mostrou-se sempre disponível, empenhada no sucesso das mesmas, tendo em vista promover a imagem positiva do concelho de Tarouca, o que foi conseguido.

O seu contributo foi muito relevante e teve elevado impacto na prossecução dos seguintes objetivos do respetivo serviço e do Município:

Preparação, organização e apoio dos eventos realizados no Município, promovidos pela Autarquia e associativismo, com elevado impacto regional e nacional, em especial: Festa do Sabugueiro em Flor, de 2017 e 2018, no programa televisivo da TVI; Festival da Juventude de 2017 e 2018; e Festa de S. Miguel de 2017 e 2018.

Coordenação do funcionamento e das atividades realizadas na Casa do Paço de Dálvares;

Promoção do concelho, através do registo audiovisual das atividades realizadas e respeito tratamento; monitorização



El 091
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.10.04

dos respectivos resultados; coordenação, com o Executivo, da política de comunicação e respetiva concretização.

TRABALHADOR: VASCO MANUEL GUEDES TEIXEIRA, TÉCNICO SUPERIOR
UNIDADE ORGÂNICA: DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS (DOM)

O Técnico Superior, Vasco Teixeira demonstra grande experiência e conhecimento no desempenho das suas funções e atua sempre no sentido de uma melhoria na otimização dos recursos, o lhe permite ótimos rendimentos nas tarefas executadas.

O seu contributo foi muito relevante e teve elevado impacto na prossecução dos seguintes objetivos da Divisão de Obras Municipais e do Município:

- *elaboração de um manual de procedimentos para as obras públicas demonstrando grande interesse e empenho na coordenação dos procedimentos efetuados através da plataforma eletrónica relativamente aos concursos de obras públicas;

- * demonstrou grande interesse no processo SIADAP 3, pelo que colaborou diretamente com o superior hierárquico na preparação da implementação do mesmo na DOM;

- * o sucesso individual no respetivo desempenho proporcionou também um ótimo envolvimento dos colegas na orientação e direção em busca dos melhores resultados para um melhor contributo para os objetivos da DOM e, por conseguinte, da Câmara Municipal de Tarouca;

- * notável a forma como encarou a necessidade de implementar procedimentos na DOM que contribuam para uma filosofia e princípios de melhoria contínua orientada para os objetivos da unidade orgânica DOM e para uma melhor satisfação dos Municípes e Colaboradores.

TRABALHADOR: MARIA ISALINA CARNEIRO PEREIRA, COORDENADORA TÉCNICA

UNIDADE ORGÂNICA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Desempenhou as funções que lhe foram atribuídas de modo extremamente competente e profissional, sendo o seu contributo muito relevante para a concretização dos objetivos fixados, na área financeira.

Em especial, no biénio de 2017/2018, coordenou a Secção de Contabilidade, assegurando o respetivo funcionamento e garantindo o cumprimento da legislação aplicável, de elevada complexidade e responsabilidade, bem como das ordens e instruções superiores, assegurando também a formação/apoio especializado aos colegas do serviço e de outros, sempre que necessário, na sua área de competências, tarefas que são essenciais ao bom funcionamento da Autarquia.

Substituiu a Chefe de Divisão nas suas ausências e impedimentos, de forma exemplar e adequada.

Foi responsável pela elaboração dos documentos previsionais de 2018 e 2019 e pela respetiva execução nos anos de 2017 e 2018; controlou o cumprimento da Lei dos Pagamentos em

Atraso; coordenou a resposta aos pedidos da Inspeção-Geral de Finanças, aquando da auditoria ao endividamento municipal realizada em 2017; foi interveniente ativa na implementação da desmaterialização documental do procedimento de realização da despesa; assegurou o cumprimento de normas de controlo interno essenciais (ex. segregação de funções na realização da despesa; controlo dos empréstimos; classificação e configuração da receita e da despesa, na aplicação informática POCAL).

Por outro lado, demonstrou sempre elevada capacidade de adaptação e melhoria contínua.

O seu conhecimento e experiência, fruto de mais de 40 anos ao serviço da Autarquia, e a sua capacidade de envolver os colaboradores do serviço, contribuíram decisivamente para que as funções da Secção de Contabilidade fossem concretizadas, com sucesso e qualidade, contribuindo para uma imagem muito positiva do Município.

Paços do Município, 30.09.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira”

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos seguintes documentos: lista dos trabalhadores do Município que, no biénio 2017/2018, obtiveram na avaliação do seu desempenho, efetuada ao abrigo da Lei n° 66-B/2007, de 28.12, adaptada à administração local pelo Decreto-Regulamentar n° 18/2009, de 04.09, menção máxima (*Desempenho excelente*), ordenados por ordem decrescente da classificação quantitativa obtida, nos termos que constam da lista em anexo, de acordo com o n°2 do artigo 156° da LTFP; informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, demonstrando o cumprimento do montante máximo dos encargos com alterações facultativas de posicionamento remuneratório, fixado pela Câmara Municipal em 10.01.2019; parecer favorável do Conselho Coordenador de Avaliação proferido em sua reunião extraordinária de 20.09.2019.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta proposta se deve ao empenho e disponibilidade sempre demonstrado por estes funcionários, e desta forma repor alguma justiça salarial no trabalho desenvolvido.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade:

* aprovar a presente proposta;

* com fundamento na mesma e no parecer prévio favorável do Conselho Coordenador de Avaliação datado de 20.09.2019:

1° aprovar a alteração do posicionamento remuneratório para a posição remuneratória imediatamente seguinte aquela em que se encontram, na respetiva carreira e categoria, nos termos do n°1 do artigo 8° do Decreto-Lei n°209/2009, de 03.09 e n° 1 do artigo 157° da LTFP, dos seguintes trabalhadores:

a)Albertina Maria Sousa Dias do Nascimento, Técnica

Superior:

Situação atual: posição 3, nível 19;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2019.10.04

Posicionamento remuneratório proposto: posição 4, nível 23; e

b) Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior

Situação atual: posição 3, nível 19;

Posicionamento remuneratório proposto: posição 4, nível 23;
2º aprovar a alteração do posicionamento remuneratório para a 2ª posição remuneratória imediatamente seguinte aquela em que se encontram, da respectiva carreira e categoria, nos termos do nº1 do artigo 8º do Decreto-Lei nº209/2009, de 03.09 e nº 1 do artigo 157º da LTFP, dos seguintes trabalhadores:

c) Victor Alexandre Cardoso Ferreira, Técnico Superior

Situação atual: posição 2, nível 15;

Posicionamento remuneratório proposto: posição 4, nível 23; e

d) Maria Isalina Carneiro Pereira, Coordenadora Técnica da carreira de Assistente Técnico

Situação atual: posição 4, nível 22;

Posicionamento remuneratório proposto: posição 6, nível 24.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar os seguintes fundamentos das referidas alterações do posicionamento remuneratório:

Os trabalhadores a seguir indicados, no biénio 2017/2018 demonstraram competências a nível elevado, destacando-se pelo seu desempenho exemplar e de reconhecido mérito, com relevante impacto na concretização de objetivos principais do respetivo serviço.

Cada um deles na respetiva área contribuiu de modo determinante para qualidade do serviço público prestado e para uma imagem positiva e responsável do Município de Tarouca.

Assim:

TRABALHADOR: VICTOR MANUEL CARDOSO FERREIRA, TÉCNICO SUPERIOR

UNIDADE ORGÂNICA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA/SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

O Técnico Superior, Victor Manuel Cardoso Ferreira, coordenou o funcionamento do Serviço de Recursos Humanos, assegurando a realização dos objetivos fixados, sem prejudicar as tarefas do dia-a-dia (processamento de vencimentos, gestão de carreiras, entre outras).

Destacou-se pela sua elevada responsabilidade e compromisso com o serviço; empenho no cumprimento os prazos fixados para a realização das tarefas atribuídas ao serviço, orientando e dinamizando a equipa que coordena, contribuindo de forma decisiva para que os objetivos fixados fossem alcançados, num biénio particularmente trabalhoso na área dos Recursos Humanos.

Associada a esta competência esteve a sua elevada capacidade de análise de informação e sentido crítico, fundamental na implementação do Programa Extraordinário de Regularização de Vínculos Precários, tendo para o efeito frequentado ação de formação.

Contributo fundamental no tratamento das valorizações remuneratórias, apresentando dados, de forma sistemática, respondendo aos pedidos de informação solicitados por dirigentes e Executivo, com diligência e rigor e assegurando o respetivo processamento.

O seu contributo foi muito relevante e teve elevado impacto na prossecução dos seguintes objetivos principais do Serviço de Recursos Humanos e do Município:

Implementação do Programa Extraordinário de Regularização dos Vínculos Precários, nomeadamente abertura e conclusão dos procedimentos concursais, nos prazos fixados pelo Sr. Presidente da Câmara. Resultado final: regularização de 53 vínculos precários até 31.12.2018.

Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório dos trabalhadores municipais, em fevereiro de 2018, ou seja, no 2º mês seguinte à entrada da Lei do Orçamento do Estado, assegurando assim que todos aqueles que reunissem os requisitos recebessem o acréscimo remuneratório a que tinham direito, no mais curto prazo, após vários anos de congelamento das carreiras. Resultado final: 182 trabalhadores mudaram de posicionamento remuneratório.

Implementação do novo sistema de controlo de assiduidade dos trabalhadores municipais, que se encontra funcionar no Edifício dos Paços do Município e no Estaleiro Municipal.

TRABALHADOR: ALBERTINA MARIA SOUSA DIAS NASCIMENTO, TÉCNICA SUPERIOR

UNIDADE ORGÂNICA: VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA/GABINETE DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO

A Técnica Superior Albertina Nascimento destacou-se pela sua elevada capacidade de coordenação, de planeamento e organização, com vários interlocutores, muitos deles externos; independência e proatividade, bem como iniciativa na resolução dos problemas, em tempo útil, ciente da importância dos projetos para o Município, competências demonstradas de forma notável e exemplar.

A maioria das atividades decorreu em horário pós-laboral e aos fins-de-semana. No entanto, mostrou-se sempre disponível, empenhada no sucesso das mesmas, tendo em vista promover a imagem positiva do concelho de Tarouca, o que foi conseguido.

O seu contributo foi muito relevante e teve elevado impacto na prossecução dos seguintes objetivos do respetivo serviço e do Município:

Preparação, organização e apoio dos eventos realizados no Município, promovidos pela Autarquia e associativismo, com elevado impacto regional e nacional, em especial: Festa



Fl. 093
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.10.04

do Sabugueiro em Flor, de 2017 e 2018, no programa televisivo da TVI; Festival da Juventude de 2017 e 2018; e Festa de S. Miguel de 2017 e 2018.

Coordenação do funcionamento e das atividades realizadas na Casa do Paço de Dálvares;

Promoção do concelho, através do registo audiovisual das atividades realizadas e respeito tratamento; monitorização dos respetivos resultados; coordenação, com o Executivo, da política de comunicação e respetiva concretização.

TRABALHADOR: VASCO MANUEL GUEDES TEIXEIRA, TÉCNICO SUPERIOR
UNIDADE ORGÂNICA: DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS (DOM)

O Técnico Superior, Vasco Teixeira demonstra grande experiência e conhecimento no desempenho das suas funções e atua sempre no sentido de uma melhoria na otimização dos recursos, o que lhe permite ótimos rendimentos nas tarefas executadas.

O seu contributo foi muito relevante e teve elevado impacto na prossecução dos seguintes objetivos da Divisão de Obras Municipais e do Município:

- *elaboração de um manual de procedimentos para as obras públicas demonstrando grande interesse e empenho na coordenação dos procedimentos efetuados através da plataforma eletrónica relativamente aos concursos de obras públicas;

- * demonstrou grande interesse no processo SIADAP 3, pelo que colaborou diretamente com o superior hierárquico na preparação da implementação do mesmo na DOM;

- * o sucesso individual no respetivo desempenho proporcionou também um ótimo envolvimento dos colegas na orientação e direção em busca dos melhores resultados para um melhor contributo para os objetivos da DOM e, por conseguinte, da Câmara Municipal de Tarouca;

- * notável a forma como encarou a necessidade de implementar procedimentos na DOM que contribuam para uma filosofia e princípios de melhoria contínua orientada para os objetivos da unidade orgânica DOM e para uma melhor satisfação dos Munícipes e Colaboradores.

TRABALHADOR: MARIA ISALINA CARNEIRO PEREIRA, COORDENADORA TÉCNICA

UNIDADE ORGÂNICA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Desempenhou as funções que lhe foram atribuídas de modo extremamente competente e profissional, sendo o seu contributo muito relevante para a concretização dos objetivos fixados, na área financeira.

Em especial, no biénio de 2017/2018, coordenou a Secção de Contabilidade, assegurando o respetivo funcionamento e garantindo o cumprimento da legislação aplicável, de elevada complexidade e responsabilidade, bem como das ordens e instruções superiores, assegurando também a formação/apoio especializado aos colegas do serviço e de outros, sempre que

necessário, na sua área de competências, tarefas que são essenciais ao bom funcionamento da Autarquia.

Substituiu a Chefe de Divisão nas suas ausências e impedimentos, de forma exemplar e adequada.

Foi responsável pela elaboração dos documentos previsionais de 2018 e 2019 e pela respetiva execução nos anos de 2017 e 2018; controlou o cumprimento da Lei dos Pagamentos em Atraso; coordenou a resposta aos pedidos da Inspeção-Geral de Finanças, aquando da auditoria ao endividamento municipal realizada em 2017; foi interveniente ativa na implementação da desmaterialização documental do procedimento de realização da despesa; assegurou o cumprimento de normas de controlo interno essenciais (ex. segregação de funções na realização da despesa; controlo dos empréstimos; classificação e configuração da receita e da despesa, na aplicação informática POCAL).

Por outro lado, demonstrou sempre elevada capacidade de adaptação e melhoria contínua.

O seu conhecimento e experiência, fruto de mais de 40 anos ao serviço da Autarquia, e a sua capacidade de envolver os colaboradores do serviço, contribuíram decisivamente para que as funções da Secção de Contabilidade fossem concretizadas, com sucesso e qualidade, contribuindo para uma imagem muito positiva do Município.

Finalmente, foi deliberado por unanimidade que, nos termos do n.º 4 do citado artigo 157.º da LTFP, as presentes alterações de posicionamento remuneratório reportam-se a 1 de janeiro de 2019.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - PEDIDO DE REEMBOLSO DAS DESPESAS, COM ENCARGOS DE PERITAGEM, SUPORTADAS PELO MUNICÍPIO DE LAMEGO - ESTRADA DE VILA POUCA - INFORMAÇÃO

Presente o ofício n.º 1959, datado de dez de setembro do ano findo, remetido pela Câmara Municipal de Lamego, solicitando, no seguimento do protocolo entre os Municípios de Lamego e de Tarouca, referente ao processo de expropriação da estrada de Vila Pouca-Tarouca, o reembolso dos valores suportados por aquela autarquia, que correspondem à despesa com a peritagem judicial efetuada, cujos comprovativos anexam.

Este ofício vem acompanhado de uma informação da Chefe de Divisão da DAF, que a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE REEMBOLSO DAS DESPESAS, COM ENCARGOS DE PERITAGEM, SUPORTADAS PELO MUNICÍPIO DE LAMEGO - ESTRADA DE VILA POUCA
INFORMAÇÃO**

Acerca do pedido do Município de Lamego, remetido por ofício n.º 1959, de 10.09.2018 (registado sob o n.º 7742 de 12.09.2018), sou a informar V. Exa do seguinte:

O processo de expropriação das 2 parcelas de terreno, propriedade do Sr. Miguel da Conceição Dias, destinadas à



2019.10.04

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

construção da Estrada que liga Vila Pouca a Eira Queimada, foi instruído pelo Município de Lamego, pessoa coletiva de direito público territorialmente competente.

A execução da obra, bem como todas as despesas do processo de expropriação, foram suportadas pelo Município de Tarouca, conforme acordado entre ambas as entidades.

Uma vez que o expropriado não aceitou o valor da indemnização proposta, foi efetuada uma arbitragem em fevereiro de 2008. Os honorários dos peritos que intervieram nessa diligência foram de € 3 136,32. Este valor foi pago ao Município de Lamego em 05.03.2008 (ver ordem de pagamento n° 832, em anexo).

Os árbitros fixaram o valor da indemnização a pagar em € 12 609,09, ou seja, mais € 6 275,72 em relação ao valor inicial.

Foi efetuado o pagamento desta importância em 27.02.2008 (ver ordem de pagamento n° 703, em anexo).

Os honorários cujo reembolso é solicitado, referem-se à peritagem efetuada no processo judicial de expropriação n° 09316-04-000204/2008-8-TBLMG-C, pagos pelo Município de Lamego em 31.05.2017.

Com fundamento no exposto, proponho a assunção do respetivo compromisso e posterior pagamento.

Mais informo que não foram efetuadas outras transferências para o Município de Lamego, relativas a este processo de expropriação, tendo, no entanto, sido pagos diretamente ao seu mandatário, Dr. António Pinto Carreira, os respetivos honorários.

Deixo à consideração de V.Exa.

Tarouca, 02.09.2019.

A Chefe de Divisão da DAF,

a) Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos"

Discutido o assunto, com fundamento na informação da Chefe de Divisão da DAF e considerando que este assunto foi objeto de um acordo entre os Municípios de Lamego e Tarouca, assinado pelos anteriores Presidentes da Câmara, foi deliberado por unanimidade assumir o compromisso e posterior pagamento dos honorários referentes à peritagem efetuada no processo judicial de expropriação n° 09316-04-000204/2008-8-TBLMG-C, pagos pelo Município de Lamego em 31.05.2017, no valor de € 7.257,04 (sete mil e duzentos e cinquenta e sete euros e quatro cêntimos).

PONTO 5 - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA - PROTOCOLO PARA COBRANÇA COERCIVA DE IMPOSTOS E OUTROS TRIBUTOS

Presente um email datado de quinze de janeiro de dois mil e dezoito, remetido pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), enviando minuta do protocolo relativo à cobrança

coerciva de impostos e outros tributos, no âmbito da Lei n° 7/-A/2016, de 30 de março. Mediante a assinatura deste protocolo, a AT passa a ser entidade, também, competente para a cobrança coerciva de taxas e outras receitas administradas por este Município.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que com a transferência de competências é conveniente a celebração deste protocolo para agilizar a cobrança coerciva de algumas receitas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta do protocolo relativo à cobrança coerciva de taxas e outras receitas administradas por este Município e conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para celebrar o mesmo com a Autoridade Tributária e Aduaneira.

PONTO 6 - EÓLICA DA LINHA, S.A. - MINUTA DE ACORDO DE ADIANTAMENTO

Presente a minuta do acordo de adiantamento a celebrar entre este Município e a sociedade Eólica da Linha, S.A., relativo ao adiantamento de certos valores respeitantes à renda mensal devidas ao Município pela exploração do Parque Eólico de Vigia nas freguesias de Várzea da Serra e União de Freguesias de Tarouca e Dálvares.

O Senhor Presidente da Câmara informou que foi apresentada uma proposta inicial de adiantamento das rendas referentes a quatro anos, a qual foi alterada para dois anos, uma vez que não quisessem comprometer a gestão do próximo Executivo. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade:

a) aprovar a celebração do acordo de adiantamento entre este Município e a sociedade Eólica da Linha, S.A., relativo ao adiantamento dos valores respeitantes à renda mensal devidas ao Município pela exploração do Parque Eólico de Vigia nas freguesias de Várzea da Serra e União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, no montante de € 213 652, sobre o qual incide um desconto financeiro, perfazendo o montante de € 204 302,00;

b) aprovar a minuta do acordo a celebrar;

c) conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar o acordo.

PONTO 7 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA - MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DA ASU

Presente a minuta do protocolo de cooperação da ASU a celebrar entre a Santa Casa da Misericórdia de Tarouca e este Município, o qual tem como objetivo regulamentar as condições de cooperação entre as entidades signatárias para o exercício de atividades socialmente úteis, previstas no Decreto-Lei n° 18/1989, de 11 de janeiro, reguladas pela Portaria n° 432/2006, de 3 de maio, por utentes do CAO sob gestão daquela entidade.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a celebração do referido protocolo de cooperação, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara para o outorgar.



895
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.10.04

PONTO 7 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 17.09.2019 a 30.09.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares

1. Total: € 44,08

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o Edifício da Junta de Freguesia em Dálvares.

2. Total: € 1.327,05

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela Mortuária de Valverde.

❖ Fábrica da Igreja da Freguesia de Tarouca

Total: € 71,09

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela de Santa Tecla em Valverde.

❖ Fábrica da Igreja da Freguesia de Granja Nova

Total: € 492,84

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Igreja Paroquial de Granja Nova.

❖ Associação Recreativa e Cultural de Meixedo

Total: € 66,66

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a sede da Associação.

❖ Clube de Instrução e Recreio Musical de Eira Queimada

Total: € 87,53

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o salão 25 de Abril - Eira Queimada.

Tarouca, 01 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

Nesta altura, o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo

retirou-se da reunião, por motivo de impedimento legal.

PONTO 8 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do **Senhor Presidente da Câmara** que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 17.09.2019 a 30.09.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense**

1. Total: € 407,65

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da comemoração dos 50 anos da Associação.

2. Total: € 65,00

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da apresentação do projeto desportivo e diretivo da Associação.

❖ **Vale do Varosa - Associação de Desenvolvimento Local**

1. Total: € 326,54

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares e alojamento) aquando do "IV ESTÁGIO DA ORQUESTRA DE SOPROS" de 26 a 30 de agosto de 2019

Tarouca, 01 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

Nesta altura, o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo regressou à reunião.

PONTO 9 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e setenta e nove, de dois de outubro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 95.768,04 (noventa e cinco mil e setecentos e sessenta e oito euros e quatro centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 220.311,31 (duzentos e vinte mil e trezentos e onze euros e trinta e um centimos).

Foi tomado conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas dez horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Jesus Teixeira Ramos*, Chefe de Divisão, a subscrevi.